

X Conferência Estadual de Assistência Social
16,17 e 18 de Outubro de 2013

Plenária Final

Eixo 1: O Cofinanciamento Obrigatório da Assistência Social

RECOMENDAÇÕES EIXO 1

Permanece no relatório?	Classificação da recomendação	Texto da Recomendação
(x) Sim () não	1º	Aprovação de Emenda Constitucional que vise garantir percentual de no mínimo 5% de recursos nas três esferas de governo para serviços da Proteção Social básica e Proteção Social Especial, através de repasse fundo a fundo, e efetivar o co-financiamento estadual para serviços regionalizados de média e alta complexidade e para os benefícios eventuais, respeitando as diversidades regionais, bem como dispensando uma atenção específica para as áreas de fronteira e portuária, e flexibilizando a utilização de recursos de co-financiamento, através de alteração de legislação pertinente.
(x) Sim () não	2º	Ajustar e atualizar anualmente os pisos fixos e variáveis conforme a inflação.
(x) Sim () não	3º	Tornar obrigatória a realização de audiência pública semestral da política de assistência social, promovendo espaços de debate com ampla participação da sociedade civil para o acompanhamento sistemático das propostas aprovadas nas conferências e efetive a fiscalização dos Fundos de Assistência Social e a alocação de recursos com publicização e demonstração por vias práticas e acessíveis à compreensão de todos

AVANÇOS DO EIXO 1

Item	Avanço
1	Regulamentação do Repasse fundo a fundo no Estado do Paraná
2	Criação do Piso Paranaense de Assistência Social para cofinanciamento das ações nos municípios
3	Ampliação dos recursos do Fundo Estadual de Assistência Social foi em 312% no período de 2005 a 2012.
4	Cofinanciamento Estadual do PAIF para 112 municípios e PAEFI para 98 Municípios
5	Participação do Estado na melhoria da infraestrutura em parte dos municípios, mediante repasse de equipamentos (carros, impressoras e computadores).

DESAFIOS DO EIXO 1

Item	Desafio	Competência
1D	Destinação de no mínimo 5% de recursos do orçamento geral do poder executivo vinculados ao Fundo da Assistência Social, para execução do SUAS	(x)Município (x)Estado (x)União
2ok	Ampliação do Cofinanciamento Estadual para atingir os 399 municípios do Estado.	() Município (x) Estado () União
3ok	Cofinanciamento dos serviços da proteção social básica e da proteção social especial de média e alta complexidade para os municípios	(x) Município (x) Estado (x) União
4ok	Criação de incentivos para o aprimoramento da gestão do SUAS.	() Município (x) Estado () União
5ok	Atualização dos repasses realizados e reajuste anual dos cofinanciamentos de no mínimo o índice da inflação	(x) Município (x) Estado (x) União

PROPOSTAS APROVADAS PELO EIXO 1

Item	Proposta	Competência
1 ok	Garantir o cofinanciamento Estadual para a concessão de benefícios eventuais ofertados nos municípios conforme critérios deliberados pelos conselhos, sendo o repasse feito por meio de transferência fundo a fundo.	() Município (x) Estado () União
2 ok	Cumprimento dos compromissos firmados no pacto de aprimoramento de gestão do SUAS, garantindo o cofinanciamento tripartite por meio de transferências regulares e automáticas aos fundos municipais de assistência social de todos os municípios, com cobertura de todos os serviços tipificados em funcionamento ou a serem implantados, benefícios e gestão com a possibilidade de execução em despesas de capital desburocratizando os critérios para aplicação dos recursos de cofinanciamento, e estabelecendo, na legislação, a obrigatoriedade de corrigir anualmente e de acordo com o índice oficial da inflação, os recursos disponibilizados aos municípios para cofinanciamento da política de assistência social, bem como para a construção, ampliação e reforma de unidades.	(x) Município (x) Estado (x) União
3 ok	Garantir e ampliar o cofinanciamento federal e estadual para a proteção social especial de média e alta complexidade, independentemente do porte de município, respeitando a demanda municipal ou regional existente, para a implantação de novos serviços, manutenção dos serviços já existentes e ainda no que diz respeito à necessidade de construir e equipar novas unidades.	() Município (x) Estado (x) União
4	Aprovação de emenda constitucional que vise garantir um	(x) Município

	percentual de no mínimo 6% das receitas correntes líquidas das três esferas de governo para aplicação no fundo de assistência social.	(x) Estado (x) União
5 ok	Buscar a relativização da política de assistência social em relação ao limite de gastos com pessoal estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal, a fim de não comprometer a possibilidade de atendimento à população em seus direitos socioassistenciais pela insuficiência de quadros efetivos para esta política.	() Município () Estado (x) União